



Lucas Figueredo/CBF

TITE CONVOCA 26 JOGADORES DA SELEÇÃO BRASILEIRA PARA A COPA DO MUNDO

» PÁG. 07

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00
ANO 71 - Nº 20.420
TERESINA, PIAUÍ,
TERÇA, 8 DE NOVEMBRO DE 2022
Fechamento 21h | 14 páginas

O DIA



Líder em credibilidade

www.portalodia.com



Jailson Soares/O DIA

REVITIMIZAÇÃO
É PREJUDICIAL À
SAÚDE DE VÍTIMAS

» CAPA EM DIA

ORÇAMENTO 2023

DEPUTADOS QUEREM AUMENTAR VALOR DE REPASSES PARA PODERES

O relator do Projeto de Lei Orçamentária Estadual 2023, Franzé Silva (PT), revelou que espera um aumento no repasse para os poderes estaduais. Dos 3% propostos pela equipe de planejamento da governadora Regina Sousa, os parlamentares esperam ampliar para 5,16% o montante.

» PAG. 03

SUPREMO MINISTRO PRORROGA COMISSÃO

Discussões sobre o ICMS no âmbito de comissão presidida pelo STF vão ser prorrogadas até o dia 2 de dezembro.

» PÁG. 04



Thiago Amara/Alepi

SECRETARIADO FONTELES ANUNCIA 11 NOMES

O governador eleito anunciou pelas suas redes sociais, 11 novos nomes que comandarão as pastas do Governo.

» PÁG. 02

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, REJANE TAVARES, APRESENTA TEXTO DO ORÇAMENTO NA ASSEMBLEIA





Foto: Jailson Soares/ODIA

“A revitimização é prejudicial à saúde da vítima”

Muitas vezes, a euforia em saber das novidades sobre um caso polêmico e que está "em alta na mídia" faz com que alguns valores sejam deixados de lado, como o acolhimento e a empatia. Vítimas de crimes violentos são expostas constantemente aos curiosos e forçadas a relembrem, inúmeras vezes, de tudo que viveram. A cada nova notícia, traumas são trazidos à tona e feridas são reabertas, fazendo dessa pessoa o centro das atenções de um assunto que ela nunca quis ser protagonista. São crianças, adolescentes e mulheres duplamente violadas: pelo seu agressor e pela sociedade. No fim, elas só desejam uma única coisa: que as deixem em paz!

Isabela Lopes
Repórter

Diariamente, são noticiadas histórias de mulheres, crianças e adolescentes que foram vítimas de algum crime violento. O caso, quando muito chocante, em geral, ganha as páginas dos noticiários e cria-se uma grande comoção diante do fato. A cada depoimento dado pela vítima, novos fatos são apresentados aos órgãos de investigação e proteção, que tentam colher o máximo de detalhes a fim de identificar, capturar e punir esse agressor. Porém, o que poucos percebem é que essa vítima é exposta constantemente a situações que lhe revitimiza, ou seja, faz com que ela lembre do crime sofrido, lhe proporcionando grande carga de estresse.

A vítima, instigada por representantes da lei e da rede de proteção, precisa relatar sobre o que ocorreu e como o agressor atuou. Narrar tudo isso, a cada novo depoimento, pode trazer muitos prejuízos à vítima, especialmente às crianças, que estão em processo de formação.

“Qualquer tipo de violência é algo traumatizante, e quando é especificamente de estupro, fere a intimidade dessa criança ou adolescente. Toda vez que ela vai contar, acaba revivendo todo aquele momento e isso traz uma série de sintomas, como ansiedade e depressão. Alguns ficam em choque quando vão falar sobre o assunto, choram e ficam paralisados. São sintomas relacionados à vivência dos fatos”, explica Renato Matos, psicólogo da 1ª Vara da Infância e Juventude de Teresina.

Além de contar e recontar o fato às autoridades competentes, essa vítima também é bombardeada de curiosidades e questionamentos da sociedade e da imprensa. Esta, sempre em busca de “exclusivas” para manter seus noticiários com alto índice de audiência, em algumas situações chega ao extremo, perseguindo a vítima ou parentes na tentativa de um relato inédito. Com seu rosto exposto nas telas de computadores, celulares e televisões, é difícil se preservar, manter o anonimato e tentar seguir a vida sem ser amedrontada pelos fantasmas do abuso, e, muitas vezes, do descaso.

Mas, como preservar a identidade desta vítima e mantê-la longe dos holofotes e julgamentos? Muitas vezes, a Justiça precisa intervir, a fim de garantir os direitos dessa pessoa vítima. Em outubro de 2022, a juíza titular da 1ª Vara

da Infância e Juventude de Teresina, Maria Luiza de Moura Mello e Freitas, precisou agir diante de um caso de abuso sexual cometido contra uma criança na Capital. O crime ganhou repercussão nacional, e, diariamente, surgiam novos relatos sobre o caso, expondo cada vez mais a vítima. Foi preciso uma Decisão Judicial para que a imprensa não tratasse mais o caso publicamente devido à superexposição da vítima.

“Para mim, a violência sexual é uma das piores formas de se vitimizar uma criança, por ser uma agressão perversa, desumana e inaceitável. Pessoas queriam aparecer, iam à imprensa todos os dias falar deste caso, sendo que, quando é criança e adolescente, o assunto é tratado de forma sigilosa. Essa criança ou adolescente é vítima e está sendo revitimizada cada vez que um veículo noticia o que aconteceu”, reforça a juíza.

Maria Luiza enfatiza ainda que as instituições de proteção à vítima precisam trabalhar de maneira integrada para garantir que o direito dessa pessoa seja assegurado conforme às normas da lei. Ao trazer constantemente o caso à tona, além da vítima ser exposta cada vez mais, também gera-se um conflito de informações, o que pode comprometer o depoimento.

“Essa criança ou adolescente está sendo revitimizada toda vez que falam disso. Cada pessoa conta uma história, seja no abrigo, na família, o suposto abusador, e essa vítima fica confusa. Ela presta dois, três depoimentos, porque está sobrecarregada de informações de toda natureza, e são informações que violam o direito dela. Ela é um ser em desenvolvimento, precisa de proteção, e isso está assegurado pela Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ela não é objeto, é sujeito de direito”, pontua a magistrada.

O promotor Luciano Ramos, coordenador do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crime (Navi), do Ministério Público do Piauí (MPPI), enfatiza que “ao narrar o episódio de violência, isso traz toda uma carga negativa do trauma para a vítima e ela acaba revivendo a situação que viveu. Quando a notícia fica se repetindo, dando detalhes, procurando a vítima querendo que ela fale a todo momento, só reitera todo esse processo de violência internamente”, diz.

>>> CUMPRIMENTO DA LEI DO DEPOIMENTO ESPECIAL E LEI MARIANA FERRER

Para proteger o direito da criança ou adolescente vítima ou testemunha e diminuir esse processo psicológico de revitimização, foi criada a Lei do Depoimento Especial (Nº 13.431/2017), garantindo que a vítima deponha apenas uma única vez. Ainda nesse sentido, também foi criada a Lei Mariana Ferrer (Nº 14.425/2021), que visa coibir desrespeito contra vítimas ou supostas vítimas de crimes sexuais, bem como testemunhas, em julgamentos. “Para evitar a revitimização, não deve-se fazer perguntas que sejam alheias ao objeto de apuração do processo ou utilização de linguagem, informações ou material que ofendam a dignidade da vítima ou testemunhas. Não se pode colocar em xeque a índole da vítima. São julgamentos terríveis, reiterando esse fato doloroso e é onde ocorre a revitimização. Isso é prejudicial à saúde da vítima”, pontua o promotor e coordenador do Navi, Luciano Ramos.

O Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crime tem desenvolvido ações e acompanhado os órgãos que integram a rede de proteção da pessoa vítima de violência em todo o Piauí. O Navi, em parceria com as demais entidades que atuam nesta temática, também tem buscado capacitar aqueles que lutam pelos direitos das vítimas. Por ser uma ação relativamente nova, o Depoimento Especial está passando por adaptações, no sentido de acolher cada vez mais essa criança e adolescente. O Ministério Público do Piauí passou a solicitar ao Judiciário o cumprimento da Lei de Depoimento Especial desde o ano passado. Além disso, os promotores, com o conhecimento da Lei Mariana Ferrer, tomam o cuidado de, durante as audiências de instrução e julgamento, evitar ataques contra as vítimas.

“O MPPI tem agora o Navi. É um núcleo que ainda está começando, mas queremos prestar assistência de natureza psicológica e social às vítimas. Nossa intenção é orientá-las a procurarem a rede, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e serviços de psicologia e psiquiatria do Estado e da Prefeitura, uma vez que os crimes violentos podem desenvolver traumas nessa vítima devido ao estresse pós-traumático. Nossa intenção é chamar as secretarias de Assistência Social e Saúde do Piauí e de Teresina para que tenham um olhar especial para a vítima”, concluiu Luciano Ramos.

(Isabela Lopes)
CONTINUAÇÃO NA PÁGINA 2.

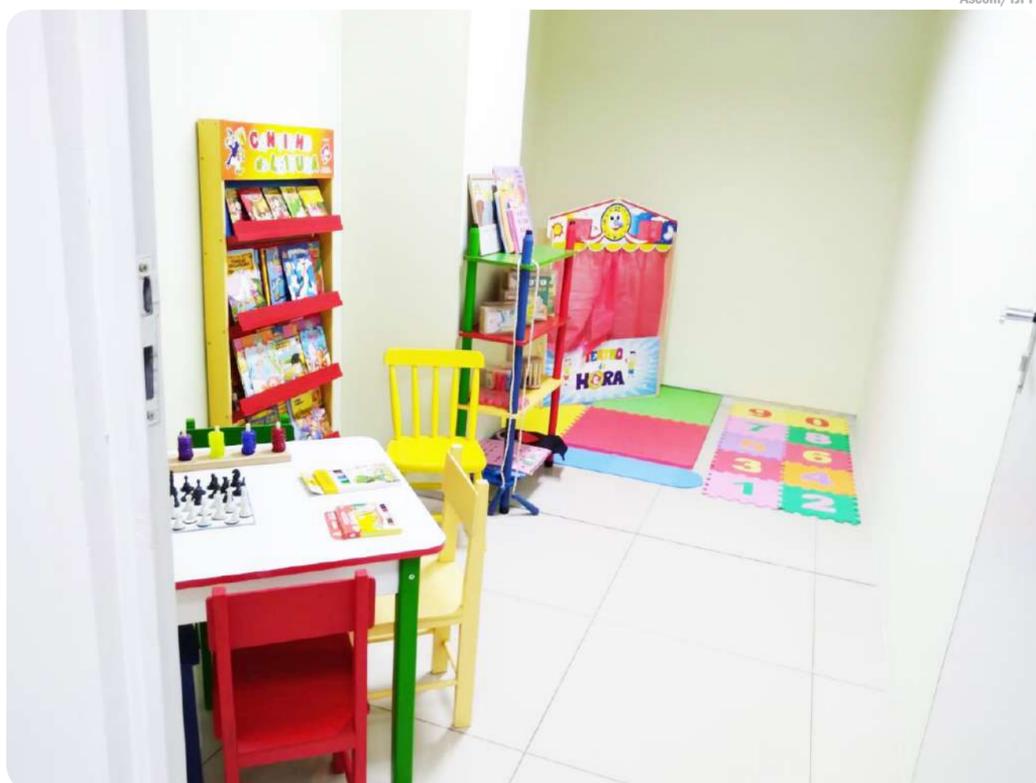


Ascom/MPPI

PROMOTOR LUCIANO RAMOS DESTACA QUE AS LEIS SÃO IMPORTANTES PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DAS VÍTIMAS

CONTINUAÇÃO DA CAPA

Ascom/TJPI



EM TERESINA, A SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL FOI INAUGURADA EM 2021

DEPOIMENTO especial reduz exposição da vítima

“A escuta especializada é feita por um profissional capacitado, como psicólogo ou assistente social”

Isabela Lopes
Repórter

Um ambiente cuidadosamente pensado para acolher e levar um pouco de tranquilidade à criança ou adolescente vítima de violência. É assim a Sala de Depoimento Especial, um local que permite coletar relatos de maneira humanizada, causando o mínimo de desconforto e trauma possível. A escuta acolhedora é feita por um profissional capacitado, como psicólogo ou assistente social, e é transmitida em tempo real para a sala de audiência, evitando que a vítima tenha contato direto com advogados, promotor de justiça ou juiz.

A Sala de Depoimento Especial visa diminuir a exposição e sofrimento desta criança ou adolescente a partir do momento que o relato é gravado, não sendo mais necessário que a vítima repita, e, conseqüentemente, vivencie momentos traumáticos. Em Teresina, a Sala foi inaugurada em novembro de 2021 e fica localizada no Fórum Cível e Criminal.

“A criança é ouvida na Delegacia, é revitimizada; é ouvida no Judiciário, é revitimizada; é ouvida no Conselho Tutelar, é revitimizada. Infelizmente, as pessoas não se contentam em ouvir uma vez e ela acaba sendo revitimizada de todas as formas, inclusive pela própria rede de proteção, que é quem deveria protegê-la. A gente sabe que a rede quer ajudar, mas às vezes acaba sufocando”, argumenta a juíza Maria Luiza, da 1ª Vara da Infância e Juventude de Teresina.

O psicólogo Renato Matos atua diretamente com a escuta especializada. Segundo ele, esse contato que o profissional tem com a vítima vai além de simplesmente responder às questões que envolvem o caso, tem um sentido maior, de acolher e apoiar essa vítima. “É um suporte para essa pessoa vítima de violência. É uma escuta mais livre, no sentido



O PSICÓLOGO RENATO MATOS ATUA DIRETAMENTE COM CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

de apoiá-la. Se for feito para crianças e adolescente vítima de estupro, por exemplo, a gente nem toca no assunto, que é para ela não ficar repetindo o que aconteceu”, explica o profissional.

Outro ponto importante do Depoimento Especial é o fato de que a criança não é ouvida na Delegacia. Quando a denúncia chega ao distrito, são levantadas as primeiras informações e o processo é remetido ao judiciário, onde é feita uma produção antecipada de provas e essa criança é ouvi-

da apenas uma única vez. “O profissional capta a confiança dessa criança ou adolescente, entrando no seu mundo, e ela faz o relato livre de como foi a situação de violência. Se tiver alguma dúvida, as partes fazem a pergunta ao juiz, que repassa ao profissional. Jamais deve-se revitimizar a vítima, fazendo ela se culpabilizar pelo que aconteceu”, esclarece Luciano Ramos, promotor e coordenador do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crime (Navi), do MPPI.

>>> EMPATIA, GESTO DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO À VÍTIMA

Estar na linha de frente dos órgãos que atuam com a proteção da pessoa vítima de violência exige, antes de tudo, empatia. Acompanhar e ouvir tantas histórias chocantes geram traumas não apenas nas vítimas, mas também em quem trabalha com elas e as acolhe.

“Tenho experiências com crianças, fiz um curso de capacitação (Depoimento Especial), e se tornou menos difícil acompanhar os casos. A gente tem que estar ali como profissional e não levar para o lado pessoal, pois alguns relatos são muito pesados. Toda violência é uma máxima, independente de qual seja, mas algumas são bem complicadas, principalmente no momento do depoimento, no modo como essa vítima depõe e ela traz isso. Muitas choram, se emocionam, e a gente tem que respeitar esse momento”, conta Renato Matos, psicólogo da 1ª Vara da Infância e Juventude de Teresina.

“Todo santo dia eu vou dormir com o peso nas costas de um abuso sexual. Não tem um dia! Ninguém se preocupa se essas vítimas estão sendo assistidas depois de tudo isso, mas quando é notícia, todo mundo quer saber. No depoimento especial, de tanto a vítima narrar os fatos, ela se confunde, tem medo de atribuir a culpa a alguém. Então, parem, isso atrapalha o trabalho da gente. Para quem trabalha diariamente com casos de violência, especialmente de abuso sexual, é preciso agir com empatia”, reforça a juíza Maria Luiza.

(Isabela Lopes)



Isabela Lopes/ODIA

MARIA LUIZA DE MOURA, JUÍZA DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE TERESINA

>>> CAPACITAÇÃO PERMITE ACOLHIMENTO MAIS HUMANIZADO

A juíza Maria Luiza enfatiza que a capacitação dos profissionais que atuam na rede de proteção de pessoas vítimas de violência devem iniciar ainda na base, desde o Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e na Justiça. “São equipes capacitadas que devem ouvir essa criança, justamente para evitar essa revitimização. Já melhorou um pouco, mas ainda não de uma forma satisfatória. Ainda estamos engatinhando. A Sala do Depoimento Especial, aqui no Juizado, foi instalada no ano passado, durante a pandemia, no entanto, temos que socorrer demandas de outras Varas que não possuem o serviço e que vem para cá. O serviço ainda não é suficiente porque a demanda é muito grande”, acrescentou a magistrada. Para o psicólogo Renato Matos, é importante que o profissional que ouvirá essas vítimas esteja preparado para lidar com temas tão pesados e dolorosos. Além disso, ele reforça que a empatia é essencial para que não haja o julgamento dessa vítima, culpabilizando-a pelo crime.

“Muitas pessoas, apesar de fazerem o curso, não se sentem à vontade para lidar com esses temas. Precisa ter capacidade emocional para trabalhar com esse tipo de demanda. São impactantes e se não estiver preparado emocionalmente, pode passar essa insegurança para a vítima e termina revitimizando-a, tornando o momento difícil para os dois. Além do profissional que vai realizar esse trabalho, outras pessoas envolvidas precisam estar preparadas para essa escuta especial, como o Ministério Público, o juiz e os advogados. Eles precisam entender da matéria para que a audiência ocorra de forma tranquila, principalmente pensando na vítima”, conclui o profissional.

(Isabela Lopes)